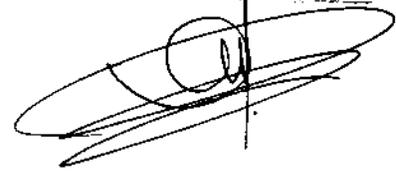


28 03 2001



Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República

REQUERIMENTO Nº 1142/VIII(2.a) - AC

As sucessivas e contraditórias declarações do Presidente do Conselho de Administração da C.P. sobre o ramal da Lousã e a participação na Sociedade Metro Mondego, a que se juntam as críticas formuladas pelo actual Presidente da Câmara Municipal da Lousã, revelam uma enorme incerteza e uma profunda confusão.

A questão do ramal da Lousã coloca-se a dois níveis: a hipótese de viabilização do projecto do Metro-Mondego e a urgente melhoria das condições de prestação do serviço de transporte público na actual linha.

Num caso, os potenciais utentes detêm uma legítima expectativa em função dos compromissos sucessivamente assumidos e nunca traduzidos nos Orçamentos aprovados.

No outro, os actuais utentes sofrem a degradação das condições de transporte com o aumento do tempo dispendido na viagem diária e a falta de interfaces e de soluções inter-modais com os transportes de Coimbra.

Nestes termos, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, requero ao Governo através do **Ministro do Equipamento Social** que me sejam prestadas as seguintes informações:

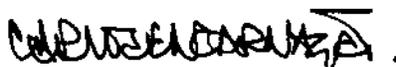
- 1- Que solução se prevê e que montante de investimentos se estima e em que prazos para a realização do projecto do Metro-Mondego?
- 2- Que medidas imediatas se vão tomar para facilitar o transporte ferroviário entre Serpins e Coimbra?

GRUPO PARLAMENTAR

- 3- Quem garante a participação da C.P. no Metro-Mondego, a C.P. ou a REFER?
- 4- Se é a REFER, porque não foi tomada antes a decisão no momento da separação das empresas?
- 5- O que foi até agora feito pela Sociedade Metro-Mondego e que investimentos realizou?
- 6- Que importâncias foram canalizadas, com esse destino, pelo Governo?

Palácio de São Bento, 27 de Março de 2001.

O Deputado,



(Carlos Manuel de Sousa Encarnação)